



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM NACIONAL DE ECONOMIA CIRCULAR

Aos 5 dias de fevereiro de 2026, o Fórum Nacional de Economia Circular (FNEC) reuniu-se presencialmente no Salão Nobre, no 9º andar, bloco K, na Esplanada dos Ministérios, e virtualmente, por meio de videoconferência, com horário de início às 14h30 e horário de término às 17h30. A lista de presença dos participantes, incluindo os que participaram remotamente, encontra-se disponível no processo SEI nº 19687.000554/2025-20.

1. Abertura

A presidência deu início à reunião, saudando os presentes e destacando que a pauta do encontro contemplava temas estratégicos para a implementação da Política Nacional de Economia Circular e para o avanço da agenda regulatória e de instrumentos de fomento vinculados à circularidade.

2. Aprovação da pauta e da ata da reunião anterior

A presidência submeteu a pauta à apreciação do colegiado, não havendo objeções, tendo sido aprovada. Na sequência, submeteu-se a ata da 4ª Reunião Ordinária, previamente encaminhada por e-mail, a qual foi aprovada sem ressalvas.

3. Informes gerais

Foram apresentados informes sobre:

- a publicação das alterações das portarias do Fórum, com inclusão de novos órgãos da administração pública federal e ampliação da composição com representantes de entidades e organizações da sociedade civil;
- a necessidade de confirmação, por parte de alguns órgãos, dos nomes de titulares e suplentes para atualização da portaria correspondente;
- dificuldades técnicas de transmissão e compartilhamento de apresentação para os participantes virtuais, com solicitação de disponibilização dos arquivos no chat da plataforma de reunião.

4. Atualização sobre a agenda regulatória de logística reversa e resíduos eletroeletrônicos

O Sr. Adalberto Maluf apresentou a atualização do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima sobre a proposta de portaria referente aos resíduos eletroeletrônicos. Informou-se que:

- o Brasil figura entre os maiores geradores mundiais de resíduos eletroeletrônicos, com baixo percentual de reciclagem;
- a proposta em discussão mantém, para o ano corrente, o ano-base de 2018 e prevê transição futura para base móvel de três anos a partir de 2027;
- houve manifestação da indústria pela necessidade de amadurecimento adicional das metas, motivo pelo qual a publicação imediata da atualização foi postergada;
- está em desenvolvimento integração com o novo SISCOMEX, com identificação da vinculação do importador à entidade gestora, como etapa inicial de monitoramento e eventual reforço de controle;
- foi proposta a homologação de cooperativas como pontos de entrega voluntária, com possibilidade de valorização econômica e agregação de carga para reciclagem e remanufatura.

O colegiado registrou que a remanufatura será considerada como forma de cumprimento de metas no decreto em elaboração.

5. Criação de grupos de trabalho

A presidência informou a conclusão das contribuições do grupo de trabalho anteriormente constituído para a Estratégia Nacional Oceano sem Plástico e submeteu ao colegiado novas demandas de grupos temáticos, com abertura de inscrições presenciais e por e-mail. Foram tratados os seguintes temas:

- grupo de trabalho sobre descomissionamento de embarcações e instalações offshore e outros setores relevantes ao tema de minerais críticos, com ampliação do escopo para abranger materiais estratégicos e minerais críticos;
- grupo de trabalho sobre *flake* de PET;
- grupo de trabalho sobre óleo de cozinha usado (UCO);
- grupo de trabalho sobre tributação da cadeia da reciclagem, com foco nos impactos do novo regime tributário sobre cooperativas, catadores, intermediários e demais agentes da cadeia.

Em relação ao grupo sobre tributação, foi ressaltada a necessidade de discussão técnica para enfrentamento da bitributação e construção de alternativas regulatórias e legislativas mais favoráveis à reciclagem.

Também foi esclarecido que os grupos de trabalho existentes serão recirculados aos participantes, com indicação de forma de participação, periodicidade das reuniões e mecanismos de inscrição, para ampliar transparência e engajamento.

6. Relatório anual da estratégia e do Fórum Nacional de Economia Circular

A Diretora Sissi Alves apresentou o relatório anual de monitoramento, em cumprimento à Portaria MDIC nº 16/2026, destacando que o documento consolidará os resultados do ano de 2025 e as perspectivas para 2026. Foram mencionados alguns pontos:

- consolidação da Política Nacional de Economia Circular, do Plano Nacional de Economia Circular, do regimento interno e da plataforma da estratégia;
- publicação do decreto de logística reversa de embalagens plásticas;
- mapeamento de 127 iniciativas públicas e privadas relacionadas à agenda;
- mobilização superior a R\$ 1 bilhão em instrumentos financeiros voltados à economia circular, incluindo BNDES, Caixa, Finep, Fundo Clima e outros recursos públicos e não reembolsáveis;
- desenvolvimento de indicadores, painel de dados, diagnóstico nacional e definição de setores prioritários;
- evolução da plataforma Recircula Brasil e ampliação para outras cadeias produtivas;
- articulação de instrumentos financeiros, chamadas públicas e iniciativas de apoio à reciclagem popular e à formalização de cooperativas.

O colegiado aprovou o relatório anual, autorizando seu encaminhamento ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

7. Taxonomia Sustentável Brasileira

O Sr. Matias apresentou a evolução da Taxonomia Sustentável Brasileira, informando que o projeto é conduzido por mais de 25 órgãos de governo, no âmbito da cooperação Brasil-Alemanha, com apoio da GIZ. Foi informado que:

- a primeira edição contemplou critérios ligados a objetivos climáticos e sociais;
- a nova fase incluirá objetivos ambientais adicionais, com destaque para biodiversidade, ecossistemas, solo, florestas e transição para a economia circular;
- a governança será formalizada por nova portaria interministerial;
- estão previstos o desenvolvimento de critérios técnicos, portal de registro de operações rotuladas, esquema de avaliação de conformidade, normativos regulatórios e testes com empresas e instituições financeiras;
- será publicada seleção para recomposição do comitê consultivo, com ampliação da participação da sociedade civil.

8. Estratégia Nacional de Compras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável e decreto de circularidade de bens móveis

A Sra. Gabriela Maretto apresentou a Estratégia Nacional de Compras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, destacando que seu objetivo é superar a lógica exclusiva do menor preço, orientando o poder de compra do Estado para gerar desenvolvimento econômico, social e ambiental. Foram registrados os seguintes pontos:

- a estratégia possui vigência quinquenal no primeiro ciclo;
- aplica-se obrigatoriamente à administração pública federal e, nas hipóteses de execução de recursos da União, também a estados, municípios e entidades mediante adesão;
- estão previstos planos de ação alinhados ao PPA, bem como instrumentos como PCA e PLS;
- o trabalho conjunto com a taxonomia sustentável, o selo verde e a plataforma Recircula Brasil é essencial para definição de critérios e rastreabilidade.

Na sequência, foi apresentado o Decreto nº 12.735/2025, que dispõe sobre mecanismos de promoção da circularidade de bens móveis. Destacou-se que o decreto:

- substitui a lógica do desfazimento pela lógica da circularidade;
- prioriza recondicionamento, reutilização, remanufatura, inclusão social, redução de gastos e descarte ambientalmente adequado;
- aplica-se à administração pública federal, autárquica e fundacional, incluindo estados e municípios usuários do sistema doacoes.gov.br;
- foi construído com ampla escuta social e conta com material explicativo e webinar de apoio à implementação.

9. Contribuições sobre compras públicas e economia solidária

O Sr. Ary e a Sra. Lidiane Ferreira destacaram a importância da economia solidária nas compras públicas, mencionando experiências exitosas com cooperativas, agricultura familiar e cadeias produtivas locais, especialmente no Rio Grande do Norte. Foi ressaltado que a estratégia deve contemplar explicitamente a economia solidária, com integração entre ministérios e instrumentos de fomento.

10. PRONAREP e FUNAREP

A Sra. Thayssa, representante da Caixa Econômica Federal, apresentou o Programa Nacional de Apoio à Reciclagem Popular (PRONAREP) e o FUNAREP, destacando que o programa foi instituído para oferecer apoio financeiro, técnico, estrutural, econômico e social a catadores e cooperativas. Foram informados os seguintes aspectos:

- o fundo foi estruturado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com gestão operacional da Caixa Econômica Federal;
- o FUNAREP contará com aporte inicial de R\$ 10 milhões do fundo socioambiental;
- estão sendo desenhados produtos financeiros para catadores individuais, grupos informais, cooperativas, redes e associações;
- a estruturação prevê instrumentos de microcrédito, crédito reembolsável e mecanismos garantidores para alavancar projetos produtivos;
- a estratégia prevê captação adicional de recursos por meio de roadshows e articulação com investidores nacionais e internacionais.

11. Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos e Estratégia Intersetorial

O Sr. Luiz Rangel e a Sra. Carmem Priscila apresentaram a política nacional e a estratégia intersetorial de prevenção e redução de perdas e desperdícios de alimentos. Foram pontos foram destacados:

- a distinção entre perdas e desperdício, com fases e tratamentos distintos;
- a necessidade de metodologias de mensuração e de dados sistemáticos, inclusive junto ao PNUMA, IBGE e à FAO;
- o papel da pesquisa, tecnologia, bancos de alimentos, rotulagem, logística, doação, tributação e comunicação;
- a existência de plano de ação 2025-2027, com 8 objetivos, incluindo fortalecimento de bancos de alimentos, apoio a sistemas alimentares circulares urbanos, ampliação da doação de alimentos e incentivo ao descarte correto de resíduos orgânicos;
- a articulação com políticas públicas de segurança alimentar, clima e sustentabilidade.

Foi ressaltado que o próximo edital do MDS abordará sistemas alimentares urbanos circulares, ampliando o alcance para produção, distribuição, doação e destinação adequada dos excedentes alimentares.

12. Deliberações finais e encerramento

Ao final, a presidência submeteu à aprovação:

- o relatório anual de monitoramento da estratégia e do Fórum Nacional de Economia Circular, o qual foi aprovado;
- a criação dos grupos de trabalho temáticos discutidos ao longo da reunião, também aprovados, com ressalva de que o grupo de *flake* de PET já se encontrava anteriormente constituído;
- a participação de convidados nos grupos de trabalho, observada a distinção entre participação técnica e direito de voto, restrito aos conselheiros.

A presidência reafirmou a necessidade de engajamento contínuo dos membros e participantes, bem como a importância de resposta tempestiva por e-mail aos temas de interesse dos grupos de trabalho. Em seguida, deu-se por encerrada a reunião.

Brasília/DF, 05 de fevereiro de 2026.